



O desenho em viagem

MIGUEL FARIA
Universidade Autónoma de Lisboa



«Da utilidade do Desenho»

N o ano de 1992 cumpre-se o bicentenário do termo da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo Brasil.

A composição do corpo técnico da expedição revela-nos a importância que os testemunhos gráficos tinham no apoio aos objectivos da missão científica.

Para além dos militares e dos trabalhadores braçais, cujo número variava conforme a natureza do trajecto, a comitiva era composta pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista, Agostinho do Cabo, jardineiro-preparador, e dois desenhadores, Joaquim José Codina e José Joaquim Freire.

Na ausência da fotografia, o desenho constituía a base única de informação visual, cuja aplicação e métodos relativos à História Natural se encontravam detalhadamente descritos nas Instruções académicas dirigidas aos naturalistas responsáveis pelos trabalhos de campo, nos novos mundos que a Europa procurava conhecer.

A utilização dos registos gráficos não se limitava, porém, ao domínio científico estendendo-se a outros campos passíveis de interessar a administração metropolitana que procurava consolidar a presença portuguesa no interior do Brasil, na sequência do tratado de Madrid de 1750.

É o caso da bandeira do tenente-coronel Afonso Botelho aos campos do Guarapuaba, no ano de 1771, retratada numa série de desenhos aguarelados, hoje património da Coleção Camargo, que tivemos a oportunidade

de rever em recente exposição na Fundação Calouste Gulbenkian.

Trata-se de uma interessante «banda desenhada» que, independentemente de ser consequente de um testemunho directo ou riscada após a exploração, nos reforça a ideia da importância mediática do desenho na aproximação entre o mundo ultramarino e a metrópole.

A série é constituída por 37 aguarelas que narram a evolução da bandeira, centrada nos encontros com o gentio local.

Perante tão extenso rol de imagens, o texto explicativo encontra-se reduzido à expressão mais simples, ocupando apenas uma estampa.

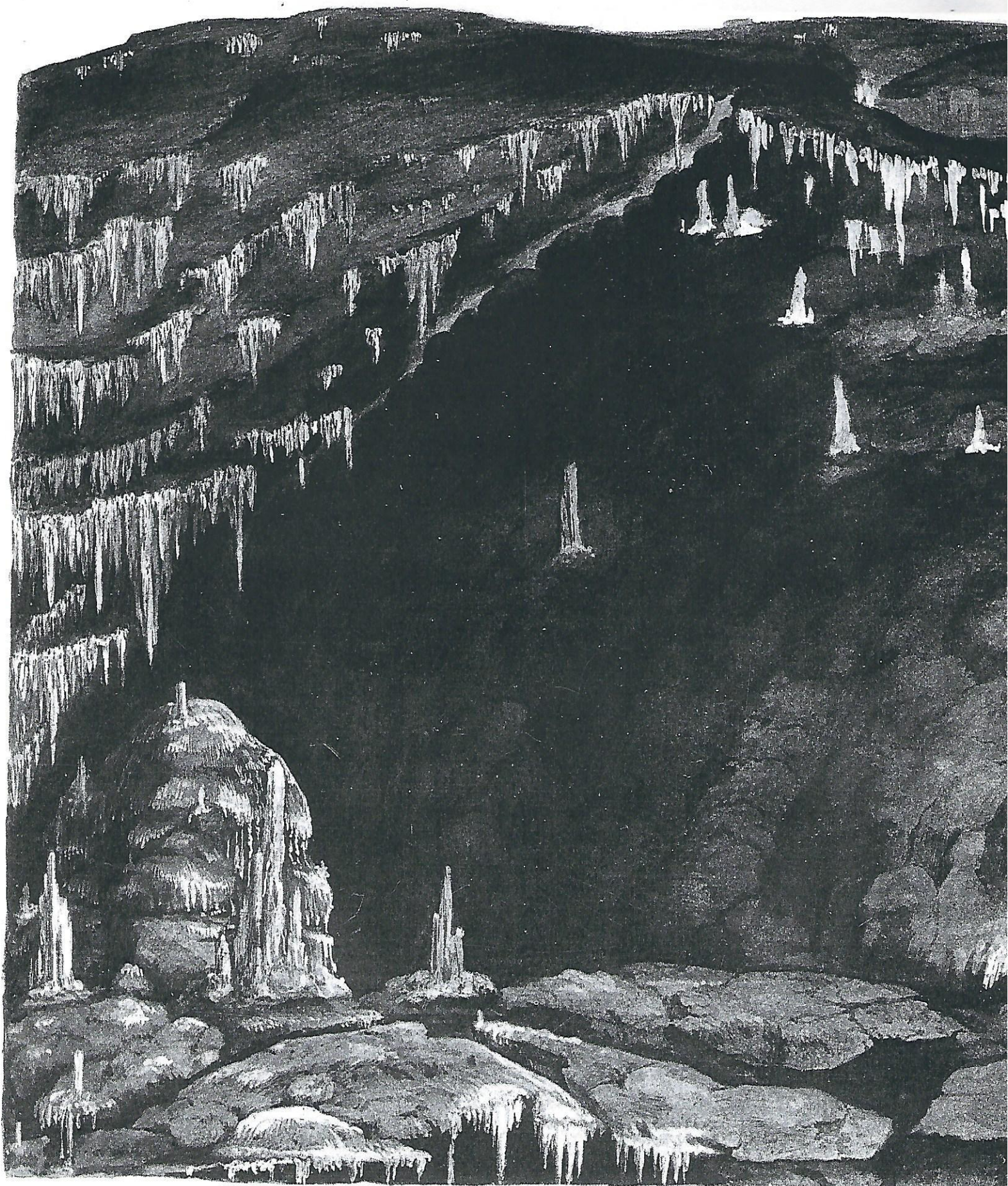
A imagem descreve. O texto legenda.

Podemos imaginar o agrado com que a Administração assistiria em Lisboa à « projecção » destas sequências de desenhos aguarelados, certamente acompanhados por uma apresentação verbal que complementaria o carácter excessivamente sintético das legendas.

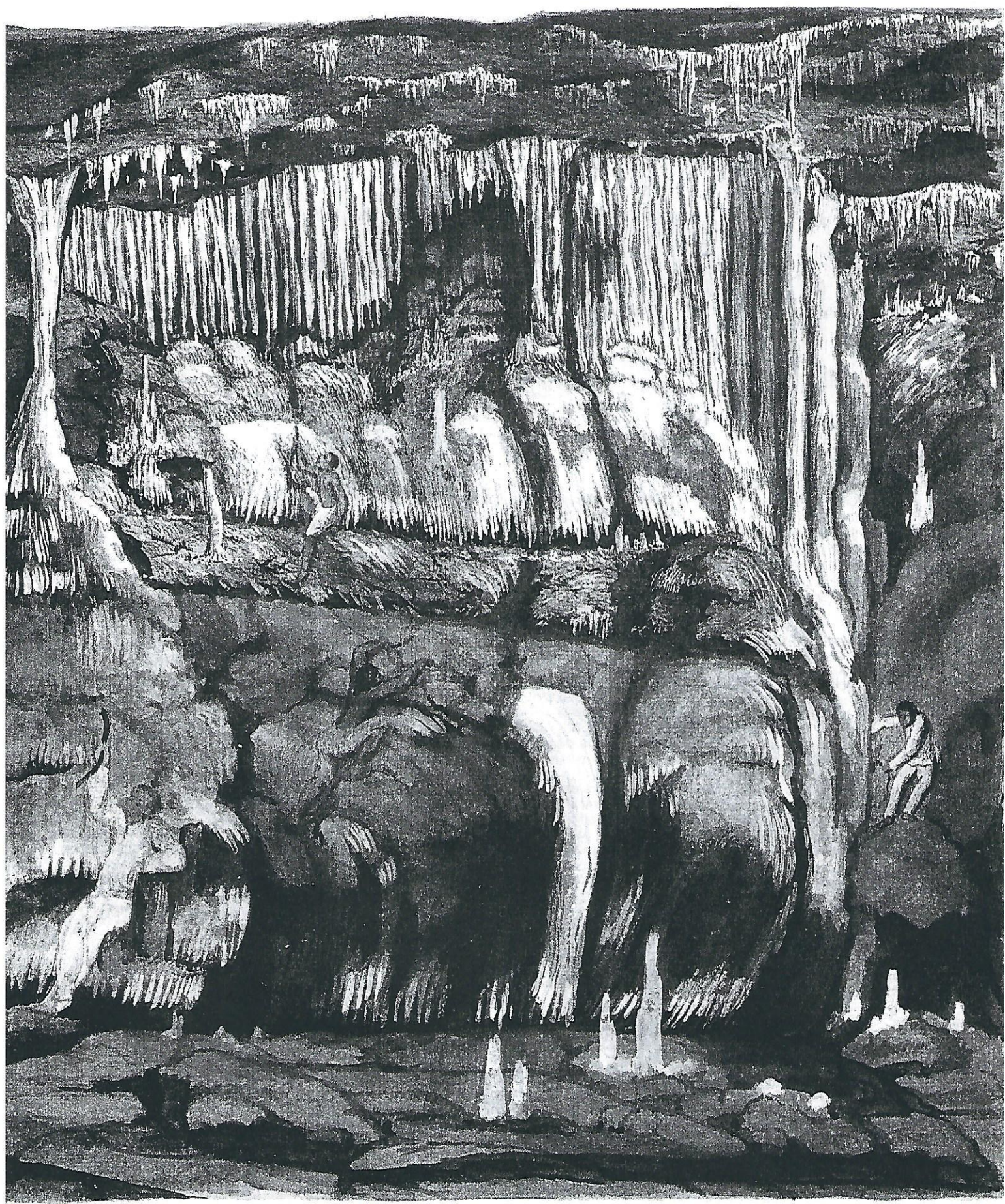
O Império Colonial português no século XVIII, duma vastidão e diversidade considerável, procurava ainda os seus derradeiros limites nos longínquos sertões brasileiros. A administração metropolitana centralizava fortemente os assuntos ultramarinos, acompanhando atentamente as notícias sobre a consolidação dessas últimas fronteiras.

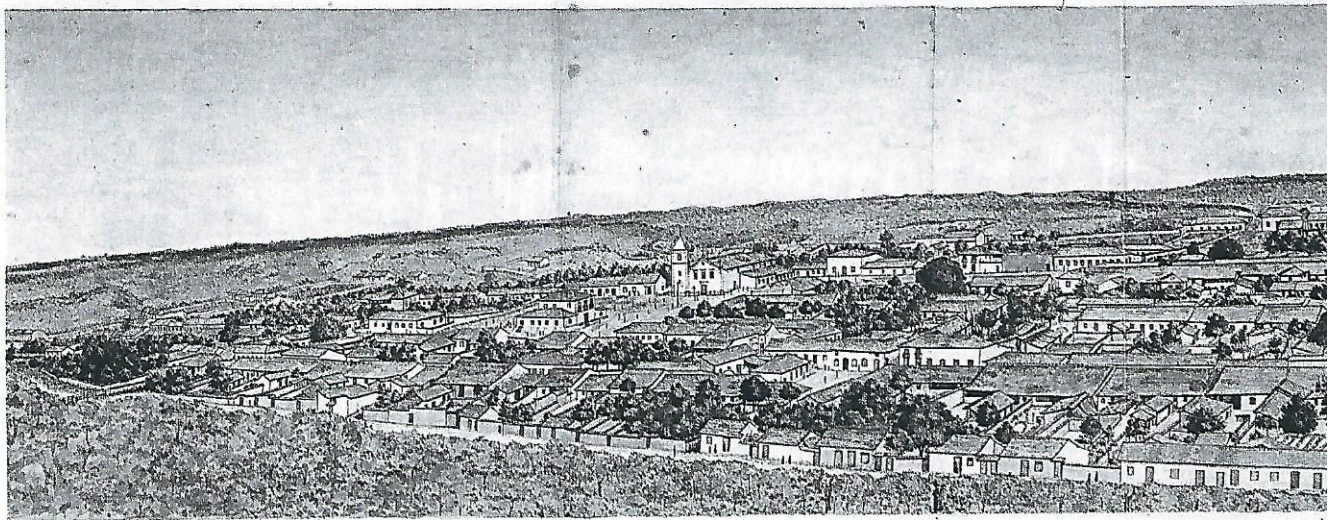
Uma atenção que se prolongava sobre os domínios das ciências naturais e humanas.

A História Natural, através da reforma pombalina, chegara à Universidade de Coimbra. Domingos Vandelli, responsável pelo ensino da disciplina, formou um escol de



Sistema de hum hule interior da Caverna do Inferno no Pissacuary, aqual tem de compressimento





Visão da Baía de São Paulo, do século XVIII, com o Rio de Janeiro no fundo.

naturalistas que, depois de alguns ensaios na metrópole, partiram à descoberta das riquezas das Colônias. Propunham-se inventariar a Natureza e a presença humana nos domínios ultramarinos, não só como objecto de interesse científico, mas preparando o terreno para a exploração dos seus recursos.

As cúpulas científicas e políticas necessitavam de *olhar* o Ultramar. É o desenho o elemento preponderante nesta aproximação.

Das cartas geográficas mais rudimentares às mais sofisticadas, aos desenhos antropológicos visando a identificação do gentio, seus objectos e costumes, à zoologia, botânica, geologia, geografia física e humana — dos «prospectos» das «cachoeiras» aos das cidades e vilas — até aos desenhos «monográficos» sobre edifícios civis e religiosos, fortalezas, equipamentos industriais, etc. nascia uma enciclopédia visual, produto do esforço dos desenhadores itinerantes das viagens filosóficas e outras expedições paralelas.

Ultrapassando o comum aspecto artístico, estes testemunhos revalorizam-se na perspectiva de construir uma fonte rara para o estudo do espírito e motivações da sociedade iluminada de Setecentos.

Os temas dos desenhos eram ordenados pelos comandantes das expedições, por sua vez sob orientação científica de Vandelli e tutela da Administração Central.

Os artistas cumpriam ordens, executando no terreno directrizes traçadas com rigor, que não lhes permitiam qualquer liberdade de escolha. Por isso, o produto do seu labor serve para situar exemplarmente o que o poder constituído *queria ver*, pelo que o significado dessas produções gráficas se prolonga muito para além da informação ocasional (descendente da «novidade» quinhentista) e da intenção estética.

Todas estas reflexões se aplicam não só a Portugal mas à Europa da época, particularmente às grandes potências coloniais que procuravam activamente explorar os seus domínios ultramarinos aplicando metodologias e técnicas muito semelhantes.

Os principais centros académicos e universitários trocavam regularmente correspondência e produtos recolhidos nas viagens organizadas sob a sua responsabilidade, com a finalidade de enriquecerem as colecções dos respectivos gabinetes de História Natural.

É na compreensão deste enquadramento que nos interessa analisar a produção artística da viagem filosófica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira pelas Capitânias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792).

Os desenhos da Viagem Filosófica

São conhecidos os acidentes que sofreu o espólio da viagem científica de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo Brasil. Desde o método desajustado de recepção no Reino, até à delapidação resultante das invasões francesas, conclui-se o desafortunado itinerário com a intervenção do Embaixador do Brasil em Portugal, que teve como consequência a dispersão do núcleo ainda existente, ao que parece pelas mãos de particulares em Portugal e no Brasil.

Do vasto acervo dessas colecções interessa-nos particularmente o destino dos desenhos da expedição executados por José Joaquim Codina e Joaquim José Freire, que foram enviados para o Reino ao longo dos nove anos de duração da empresa pelo Brasil.

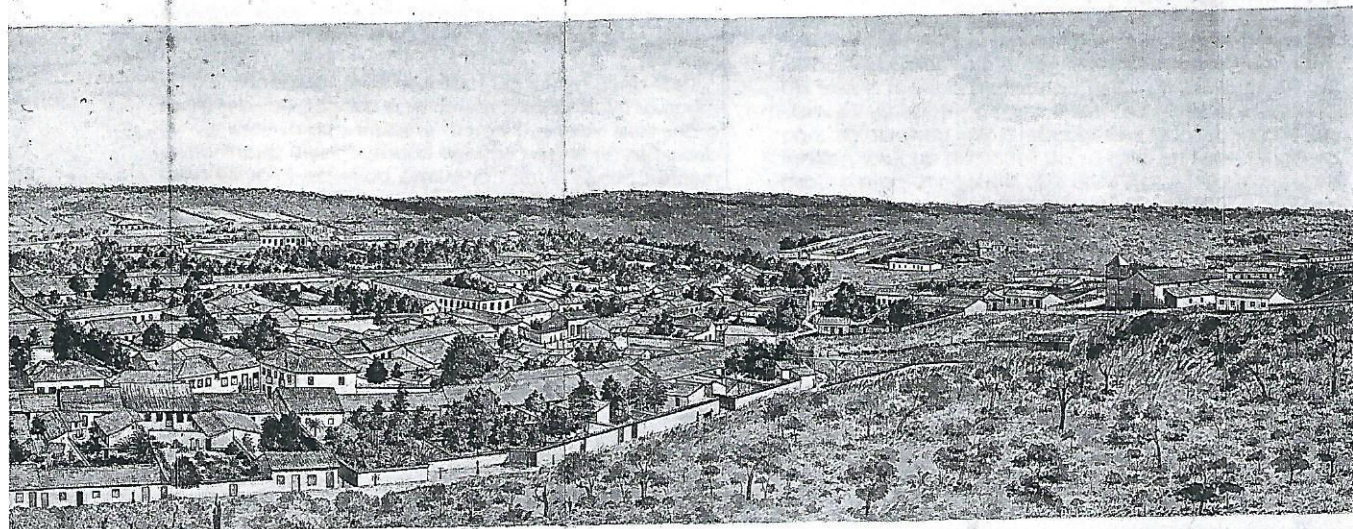
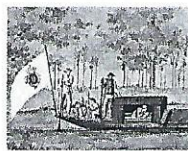
Embora a maior parte dos originais tenha desaparecido, quis o destino que o zoólogo Barbosa du Bocage tenha conseguido reaver dois volumes de originais, como de resto nos alerta a nota manuscrita pelo próprio nas guardas dos dois volumes.

Actualmente existe no Museu Bocage um interessante processo relativo aos pedidos de transferência para o Brasil dos referidos Alburns, sempre indeferidos, e que chegaram inclusivamente a movimentar os meios políticos e diplomáticos. O último documento data de 1974, pós 25 Abril, altura em que foi autorizada a realização de fotocópias dos originais. O mais insistente dos investigadores brasileiros foi Edgar Cerqueira Falcão, que viria, de resto, a ser o responsável pela Edição no Brasil de um primeiro volume facsimilado dos desenhos originais da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Na publicação está incluído o conjunto de desenhos do Arquitecto italiano Landi, oferecidos na época ao naturalista, como se conclui das notas de Ferreira escritas nos próprios originais. No sintético estudo que precede as lâminas, o referido investigador consegue pôr um pouco de ordem na complexa questão relativa aos riscos da viagem de Rodrigues Ferreira, reconhecendo a existência dos dois volumes de originais de que agora nos ocupamos.

No entanto, as informações que lhe chegaram, através de um diplomata alemão da embaixada daquela nação em Lisboa, levaram-no a fazer o juízo errado de que o primeiro volume corresponderia, especificamente, à viagem pelo Rio Negro (1785-1787) e o segundo de igual modo dedicado ao Rio Madeira (1789-1790).

Não corresponde à verdade. Efectivamente o primeiro



volume não segue uma lógica cronológica, mas temática, arrumando-se nos seguintes capítulos:

Gentios (desenhos 1 a 17); Animais quadrúpedes (18 a 40); Aves (41 a 80); Anfíbios (81 a 85); Peixes (86 a 127); Insectos (128 a 134); Cada capítulo inclui espécies nativas de regiões diversas, não obedecendo por isso também a critérios geográficos. Trata-se por isso de uma compilação realizada à posteriori de desenhos avulsos ordenados tematicamente.

Surpreendentemente, uma nova edição brasileira patrocinada pelo Conselho Federal de Cultura, foi publicada em 1971, então em dois volumes e baralhando originais com cópias. A edição inclui as páginas de rosto dos livros brasileiros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde se revela a sua condição de «cópias executadas no Real Museo da Ajuda».

Teve esta iniciativa, contudo, a vantagem de permitir o confronto entre os originais e as respectivas cópias. Analisando comparativamente o capítulo referente ao Gentio (originais) com o de antropologia (facsimile) extraímos as seguintes conclusões:

1. A maior parte dos originais estão assinados, enquanto nenhuma das cópias apresenta assinaturas.
2. Os originais apresentam legendas que pressupõem o conhecimento directo do objecto das representações, identificando claramente as tribos e até indivíduos — como é o exemplo do Índio anão Marcelino.

As cópias surgem com legendas actuais, não arriscando em muitos casos qualquer identificação. Logicamente o copista setecentista não se preocupou em passá-las para as cópias.

- 3 Os desenhos do Museu Bocage são pragmaticamente objectivos. A disponibilidade de tempo, sobre o terreno, não era suficiente — nem era essa a intenção — para se equilibrar a composição, ou chegar aos detalhes. Nas cópias, os planos de fundo têm outra expressão não disfarçando uma sensação artificial de encenação realçada no confronto com as representações centrais, praticamente decalcadas dos originais.

Estas conclusões aplicam-se também aos outros desenhos comparados nomeadamente aos de zoologia.

Infelizmente não nos foi possível consultar os livros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acrescentemos, no

entanto, que o 1.º volume do Museu Bocage (*Gentio e Zoologia*) se acha quase por completo reproduzido pelos dois volumes editados no Rio de Janeiro em 1971.

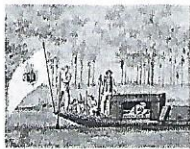
Mas, o acesso que tivemos à edição de Edgar Cerqueira Falcão permite clarificar a situação. Existe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um volume de originais a partir do qual o referido investigador seleccionou os desenhos para a sua edição. Por outro lado, na mesma Biblioteca existem vários volumes de cópias executadas na casa do Risco do Museu da Ajuda, encontrando-se alguns desenhos inclusivamente assinados por Manuel Tavares. No Museu Bocage de Lisboa existem dois volumes de originais. A parte referente à secção de Botânica, provavelmente a mais extensa, (Edgar Falcão refere 4 volumes num total de 661 desenhos) encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Desta última fracção apenas conhecemos três exemplares reproduzidos por William Simon.

Analisemos agora o conteúdo do segundo volume do Museu Bocage. Contém 76 aguarelas originais, das quais 12 estão assinadas por Freire e apenas 4 por Codina. Alguns destes originais são desdobráveis sendo o de maior superfície o *Prospecto da Villa do Bom Jesus de Cuiabá* (116 x 21 cm).

Contrariamente ao primeiro volume, encontramos agora uma sequência com uma ordenação cronológica evidente, e podemos afirmar com segurança tratar-se de registos da última fase de viagem, incluindo os percursos pelo Rio Madeira (1789) e a exploração do Mato Grosso (1789-1791), ideia que é confirmada pelos originais datados ou/é legendados.

Em síntese, os desenhos referem os principais acidentes dos rios Madeira (Mamoré e Guaporé), visando certamente o estabelecimento de itinerários fluviais de maior segurança. Permite-nos ainda acompanhar visualmente o percurso efectuado pela expedição através do Mato Grosso. Um acervo iconográfico fundamental, e talvez único, para uma aproximação pela imagem ao que terá sido a primeira fase de povoamento daqueles longínquos sertões do Noroeste do Brasil.

Sucessivamente surgem-nos imagens do Forte do Príncipe da Beira, uma planta de Villa Bella da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, vistas panorâmicas da Povoação de Casal Vasco, do registo do Rio Iauru, Vila Maria de S. Luis do Paraguai, Vila do Bom Jesus do Cuiabá, Albuquerque e Presídio de Nova Coimbra. Em paralelo, surgem aguarelas que registam a exploração mineira aurífera, o grande factor de desenvolvimento de Mato Grosso naquela época.



A Casa do Risco do Real Museu da Ajuda e os Desenhadores das Viagens Filosóficas

Concentremo-nos então nos dois volumes de aguarelas do Museu Bocage e nas respectivas questões envolventes. Quem foram os seus autores?

Os contributos existentes não eram muito concludentes. Havia a notícia vaga transmitida por Luis Xavier da Costa, baseada certamente nas memórias de Cyrillo Wolkmar Machado, que José Joaquim Freire, discípulo de João de Figueiredo nas oficinas de Fundição do Real Arsenal do Exército em Lisboa, tinha sido destacado para a Casa do Risco do Museu da Ajuda. Sobre Joaquim José Codina nem uma palavra.

Encontramos em Júlio Jesus novos elementos. Alertado pelo trabalho de Carlos França sobre o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, teve conhecimento da existência dos dois volumes do Museu Bocage. Não se limitou, todavia, à contemplação dos originais, os quais descreve sumariamente. Prolongando a sua investigação pelo acervo documental existente no Arquivo do Museu, divulgou 3 documentos interessantes relativos a José Joaquim Freire, (1794, 1798 e 1814) que se referem basicamente a vencimentos e horários de trabalho.

Noutro documento revela-nos a identidade dos desenhadores e discípulos em actividade no Museu, os seus respectivos vencimentos e o local por onde recebiam. Três dos cinco desenhadores principais eram pagos pela Fundição. Freire nesta altura já era pago pela Secretaria de Estado, mas o documento confirma a notícia de Cyrillo

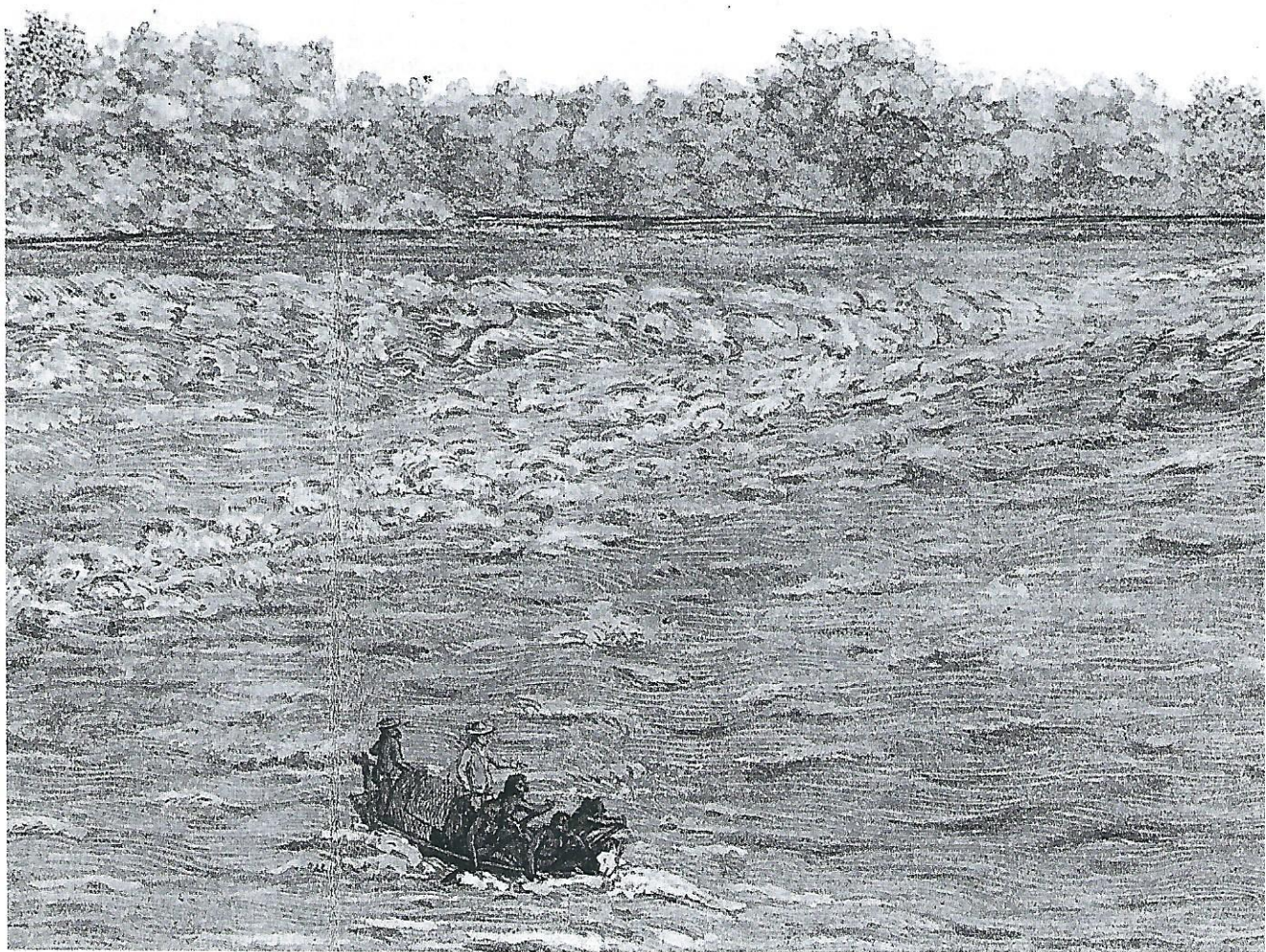
sobre a proveniência dos desenhadores de Ajuda transferidos da Fundição do Real Arsenal.

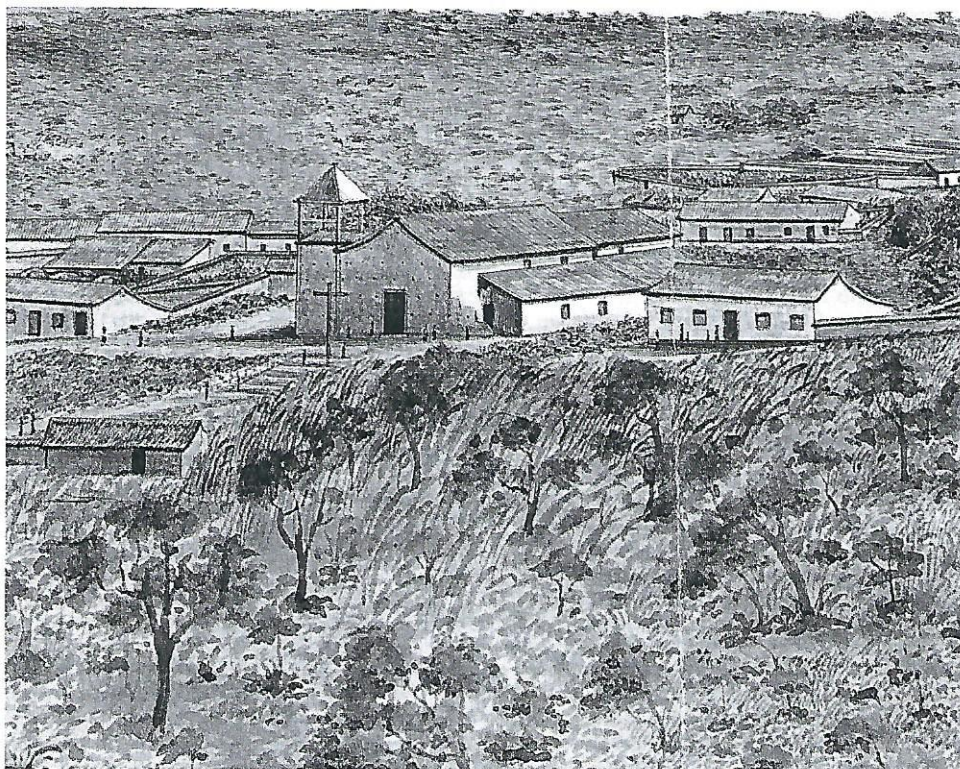
Em relação ao outro desenhador Joaquim Codina, Júlio Jesus lamenta-se de não ter encontrado qualquer referência. Américo Pires de Lima publicou e comentou um vasto acervo documental disperso pelos Arquivos Portugueses, referentes à viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Na documentação apresentada, podemos extrair algumas informações referentes à questão dos desenhos e dos seus autores. Ficamos a saber que os volumes de desenhos do Museu Bocage correspondem quantitativamente apenas a uma pequena parte do total de originais produzidos ao longo da viagem.

Noutro documento de Alexandre Rodrigues Ferreira dirigido ao Reino, faz uma distinção clara sobre os níveis de apuro dos desenhos, sendo deduzível que na sua maioria os aspectos científicos prevaleciam sobre os estéticos. Referindo-se a outros desenhos justificando a excepção, afirma que «levarão mais tempo por serem também de perspectivas que no princípio servem de excitar o gosto, e dar a ver o útil adoptado com o deletável».

Reportando-se à panorâmica da cidade do Pará refere que levou dois meses a concluir-se, certamente em contraste com outros desenhos feitos ao sabor das atribuições da viagem, que muitas vezes não chegaram a ser concluídos. Nalguns casos eram executadas cópias no próprio local. Para o Reino eram enviados todos os originais, dos quais Alexandre Ferreira solicitava fossem feitas cópias na Casa do Risco do Museu da Ajuda, avisando





«que desaparecido que seja o original, não haverá cópia para o recuperar», sinal de que não mantinha consigo qualquer exemplar.

Seguem-se outros elementos que noticiam as frequentes moléstias que sofreram os desenhadores, (sobretudo Codina que deveria ser mais velho que Freire) e a identificação de alguns locais desenhados que depois encontramos nos livros do Museu Bocage.

Publica ainda Pires de Lima alguns documentos posteriores ao regresso da expedição, nos quais se revela estar Freire entre os desenhadores da Casa do Risco do Museu da Ajuda que se dedicavam a copiar cartas geográficas da Ilha da Madeira, África, América, etc. Refere-se ainda a documentação a uma ciática que Freire padecia, que o fez solicitar um mês de licença em 1802 para ir a banhos para as Caldas. Também Henrique Ferreira de Lima publicou documentos referentes a José Joaquim Freire, localizados no Arquivo Histórico Militar, e referentes ao período posterior ao regresso do Brasil.

Após as referidas investigações dois estudos trouxeram recentemente novos contributos.

William Simon, estudioso das expedições científicas portuguesas do final do século XVIII, analisa a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, revelando aspectos importantes. Saliente-se a notícia da morte de Joaquim José Codina, entre meados de Março e Abril de 1791, sendo enterrado no Barreiro, sítio dos Garujus, o que explica o facto de não serem conhecidos documentos seus posteriores ao regresso do Brasil.

Infelizmente o autor não cita a fonte da sua afirmação. Mas sendo tão pormenorizada admitimo-la como plausível, até porque justifica a ausência de referências a Codina depois do regresso da expedição a Lisboa. O que já não é verdade é que Freire tenha morrido em 1814 como de passagem Simon afirma, como adiante veremos.

Rômulo de Carvalho, por seu turno, num interessante estudo de 1987, cita um documento que apenas explora na vertente que mais lhe interessava, a da História Natural.

No entanto, a «*Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Chymico, Museu de História Natural e Caza do Risco*», de Domingos Vandelli,

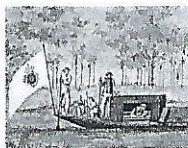
testemunho fundamental para a História daquela instituição, esclarece aspectos que nos interessam particularmente. Assim, ficamos a saber as circunstâncias exactas em que foi criada a Caza do Risco da Ajuda, reveladas pelo próprio fundador do Real Jardim.

«Por ocasião de copiar-se hum coleção de riscos de plantas do Peru e Chyle que vierão no Gallão, que foi tomado pelos Inglezes na ultima guerra, vierão da Fundação três habéis Dessinadores, que unidos com dois outros que estavam no Jardim p^a o risco do mesmo e que tão bem trabalhavão em hum m^o util obra p^a facilitar o estudo da Botanica, e consistia nas figuras de todas a frutificações dos gêneros das plantas athe agora conhecidos, derão principio com os Aprehendizes a actual Caza do Risco.»

Esta informação, que uma vez mais confirma Cyrillo, é o ponto de partida de uma nova «aula» de Desenho em Lisboa, ignorada pela bibliografia sobre o ensino das Belas-Artes, e que, pelas suas características próprias, merecia um estudo atento.

Noutro capítulo do mesmo documento, Vandelli revela-nos já estarem riscadas e iluminadas muitas plantas e animais vindos das colónias, e acrescenta: «Além disso se acha neste Museo hum coleção de diferentes vistas do Brazil, figuras dos Indios (...). Referindo-se à Caza do Risco, afirma: «Nesta Caza agora se riscão as plantas e animais que recolheo o Dr. Alexandre nas suas viagens do Brazil.» Este passo da *Relação* veio dar razão aos que defendem ser os «Riscos» realizados, ou concluídos, já em Lisboa o que só é razoável, de facto, para os casos referidos (plantas e animais), sendo indiscutivelmente feitos no local os que o autor refere anteriormente sobre as vistas e os Indios do Brasil. De resto, esta solução intermédia coincide com a metodologia das instruções de Vandelli aos viajantes naturalistas, segundo as quais se deveria desenhá-los no local tudo aquilo que não era possível transportar.

Consultando o rol de equipamentos transportados na comitiva de Alexandre Rodrigues Ferreira na viagem para o Pará, encontramos o fundamental para a realização das aguarelas, incluindo as tintas necessárias. Pelo que



podemos avançar, com o conjunto de elementos disponíveis, que os desenhadores se concentravam sobretudo a fixar aspectos geográficos e etnográficos, o que não significa necessariamente que não tenham desenhado *in loco* plantas e animais.

Voltando à *Relação* de Domingos Vandelli, encontramos ainda a sua opinião sobre a ocupação futura dos desenhadores. Deveriam aprender a abrir chapas em cobre dos desenhos efectuados, cujas gravuras ilustrariam uma História Natural dos Colónias, que estava nos seus planos publicar.

Embora não se encontre datada, defendemos ter sido a *Relação* de Vandelli redigida depois do regresso de Alexandre Rodrigues Ferreira a Lisboa (Janeiro de 1793), e antes ou durante o ano de 1800, limite cronológico que deduzimos da afirmação de Felix Avelar Brotero, que confirma a criação do Museu da Ajuda da Caza da Gravura «pouco depois do ano de 1800», cumprindo o desejo expresso por Vandelli.

Para compreendermos melhor o trajecto dos desenhadores da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira teríamos de os procurar na fase anterior à sua partida para o Brasil. De Freire sabe-se que teve um papel importante na Casa do Risco do Museu da Ajuda, mas já lá chegou formado. De Joaquim Codina os dados eram ainda mais escassos. As informações recolhidas apontavam contudo um caminho, a Fundição do Real Arsenal do Exército, onde funcionava uma das mais antigas aulas de Desenho em Portugal. No Arquivo Histórico Militar localizámos novos dados.

O seu nascimento situa-se entre 1760 e 1761 (num dos documentos datado de 1835 refere ter 75 anos). A data da morte sabemos-la com maior rigor, 18 de Novembro de 1847, com 87 anos.

Num documento de 1844, Freire, em carta dirigida ao Duque da Terceira, suplica a Sua Magestade «a Graça de o condecorar Comendador d'Avis» referindo contar já «sessenta e quatro anos de efectivo serviço!» (as exclamações são do próprio Freire). O documento redigido três anos antes da morte dá-nos uma síntese da sua vida.

Em 1780, com cerca de 20 anos, entrou para a Casa do Risco do Real Jardim Botânico da Ajuda. Três anos depois foi nomeado desenhador da Real Expedição Filosófica Botânica do Dr. Alexandre Ferreira, embarcando a 1 de Setembro de 1783 para a cidade do Pará. Ao longo da viagem pelo Brasil refere ainda ter colaborado com as expedições de demarcação dos limites, (fronteiras luso-espanholas na América do Sul).

Regressou Freire a Lisboa em Janeiro de 1793 sendo recompensado com uma pensão vitalícia atribuída pela Coroa.

Em 1795 foi encarregado pelo Ministro de Estado,

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de organizar uma Carta Geral do Brasil, a primeira que apareceu na Europa, segundo as suas próprias palavras. Por este serviço foi promovido a segundo-tenente d'Armada Real em 1798. Foi depois sucessivamente 1º Tenente da Engenharia em 1803, e Capitão engenheiro em 1811. Nessa patente participou na guerra peninsular, comandando a linha telegráfica militar Lisboa — Almeida.

Em 1813, localizamos a razão do agravamento da sua debilidade física. Uma queda de cavalo afastou-o do serviço activo, e, por isso, «regressou ao Arquivo Militar» o que revela o local exacto onde eventualmente se encontraria antes de ser integrado em 1780 na Casa do Risco da Ajuda. Tinha então cerca de 53 anos.

Após o acidente, Freire prosseguiu a sua carreira, testemunhando o período conturbado das guerras liberais, cujas sucessivas mudanças no poder não o terão beneficiado. Mantém-se 16 anos com a patente de Capitão, só sendo promovido a Major em 1827. Dez anos depois chega a Tenente Coronel.

O seu processo revela-nos uma personalidade de vocações múltiplas. Para além das qualidades de desenhador de História Natural e de Cartas Geográficas, várias vezes sublinhadas, surge-nos também o inventor, consequência provável do tempo que se lhe disponibilizou depois do acidente. A sua incapacidade física foi-se agravando e faleceu em 18 de Novembro de 1847, depois de nesse mesmo ano ter sido promovido a Coronel na reserva. Uma extensa e atribulada existência, que a longevidade com que faleceu, e o facto de a carreira militar ter ofuscado a artística, terá desviado a atenção dos investigadores.

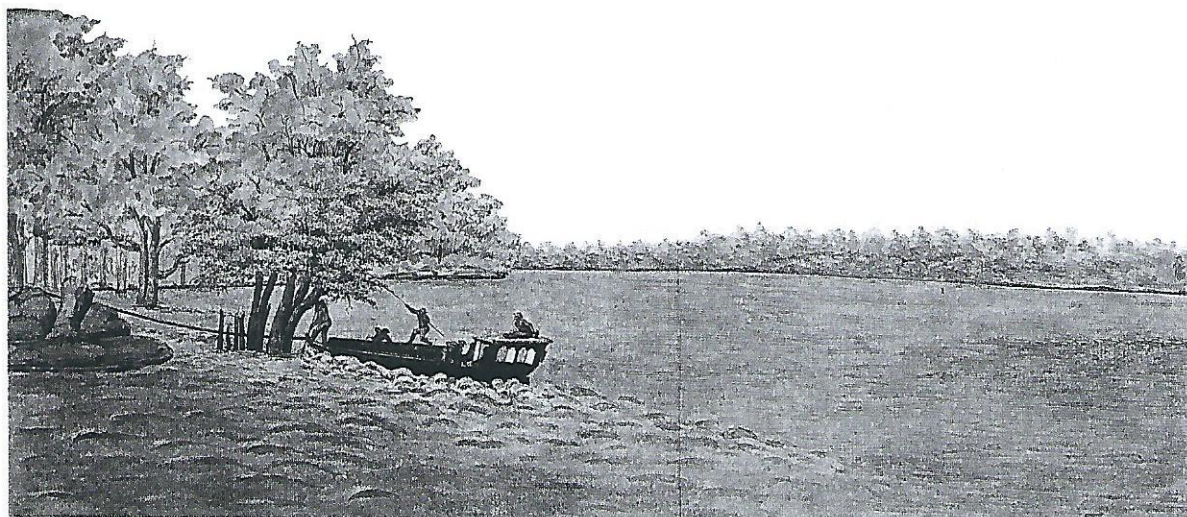
Relativamente a Joaquim José Codina tentámos a mesma metodologia mas sem qualquer resultado. Num documento que enumera as férias dos trabalhadores da Fundição, aparecem na classe dos Coronheiros inúmeros trabalhadores de apelido Codina. Mas concretamente do desenhador Codina não nos foi possível, até à data, avançar mais.

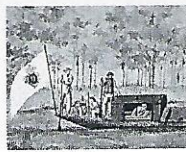
Codina e Freire desenhadores de História Natural

Joaquim Codina e José Joaquim Freire. Que espaço está reservado no Universo artístico às suas obras?

O facto de alguns desenhos estarem assinados (os dois volumes do Museu Bocage incluem na totalidade 210 desenhos aguarelados, 72 rubricados por Freire e 25 por Codina) permitem-nos alguns comentários.

Os artistas não eram especializados em nenhum tema em particular. Ambos executam desenhos das várias áreas abordadas: Antropologia, Zoologia e Geografia.





Relativamente à distinção entre os trabalhos dos dois autores e considerando as características «fotográficas» da sua missão parece-nos uma questão secundária a análise da respectiva «maneira», mais detectável nas deficiências de reprodução exacta da Natureza do que na afirmação de um estilo personalizado.

São visíveis em ambos os artistas algumas dificuldades no tratamento da representação humana (série Gentios e soldados), o que de resto parece uma constante nesta «escola» de Desenhadores de História Natural, cuja base presumível de formação — a Fundação do Arsenal Real do Exército — estaria certamente mais vocacionada para intervenções de outra índole, nomeadamente no desenho técnico, área em que Codina e Freire se revelam mais à vontade (engenhos de açúcar e algodão do espólio da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

As dificuldades referidas também poderão ser justificadas pela indisponibilidade dos modelos gentios, sob a pressão de tempo e das condições de trabalho que caracterizam a actividade dos desenhadores ao longo da viagem.

Na série «Prospectos» é possível pressentir algumas diferenças. Codina parecia preocupar-se menos com os acabamentos. Os verdes da vegetação dos seus desenhos das «cachoeiras» ganham um sentido mais abstracto do que nos assinados por Freire, que tentava chegar à individualização dos detalhes da paisagem, revelando-se um excelente «miniaturista» (vista do Forte do Príncipe da Beira), sendo certamente da sua autoria, embora não assinado, a vista do Culabá.

Um tipo de trabalho parecia reservado a Codina: o desenho de alçados que, no entanto, só aparece nos originais depositados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Também os desenhos técnicos são com maior frequência assinados por Codina, provavelmente mais experimentado neste domínio do que o jovem Freire em começo de carreira.

Mas a obra de Codina e Freire vale essencialmente pelo seu conjunto, como inesgotável arquivo iconográfico da realidade brasileira em finais do século XVIII, infelizmente por reunir e em parte por localizar.

Com a sua volumosa produção preenchem um capítulo importante da arte portuguesa de final de Setecentos num domínio específico, o de «riscadores» de História Natural, suportando facilmente o confronto com outros artistas estrangeiros seus contemporâneos especializados nesta área, como o norte-americano William Bartram ou os desenhadores José Cardero e Tomas de Suria (Expedição Malaspina). Em Portugal contamos entre desenhadores, gravadores e aprendizes do Real Museu da Ajuda, cerca de duas dezenas de artistas, que não alcançam a notabilidade dos dois companheiros de Alexandre

Rodrigues Ferreira, embora sejam de referir Angelo Donati (naturalista-desenhador), do qual muito pouco se conhece, falecido na viagem filosófica de Joaquim José da Silva a Angola, e Manoel Tavares pela qualidade dos seus «riscos» existentes no Museu Bocage em Lisboa, já reconhecida por Cerqueira Falcão em relação às cópias assinadas existentes no Rio de Janeiro.

Uma escola de produção onde os artistas se deparavam com uma temática diferente da convencional, praticada pela pintura a óleo ou a tempera.

Nem motivos religiosos nem alegorias ou retratos, a sua actividade enquadrava-se na vaga de oficiais especializados, instruídos na aplicação da Arte do Desenho ao ser-

viço do espírito iluminista dos finais do século XVIII. Mas, ainda assim, pintura de ar livre mais de cinquenta anos antes de Tomaz da Anunciação, paisagistas inocentes por imposição das circunstâncias.

Não tinham liberdade criativa? E quantos artistas de outros domínios seus contemporâneos a tinham? Tal como no panorama artístico em geral a sua actividade profissional era subestimada, integrando-se numa genealogia ainda enraizada na família dos ofícios mecânicos.

José Candido, jovem aprendiz da Casa do Risco do Real Museu da Ajuda, suplucava continuamente que lhe fosse permitido o acesso à carreira militar.

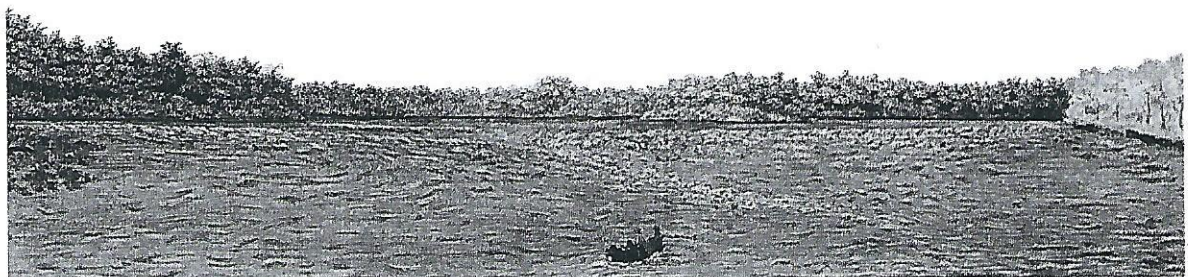
Nestas condições era difícil a Freire, de quem conhecemos melhor a biografia, assumir-se como artista. É evidente que não

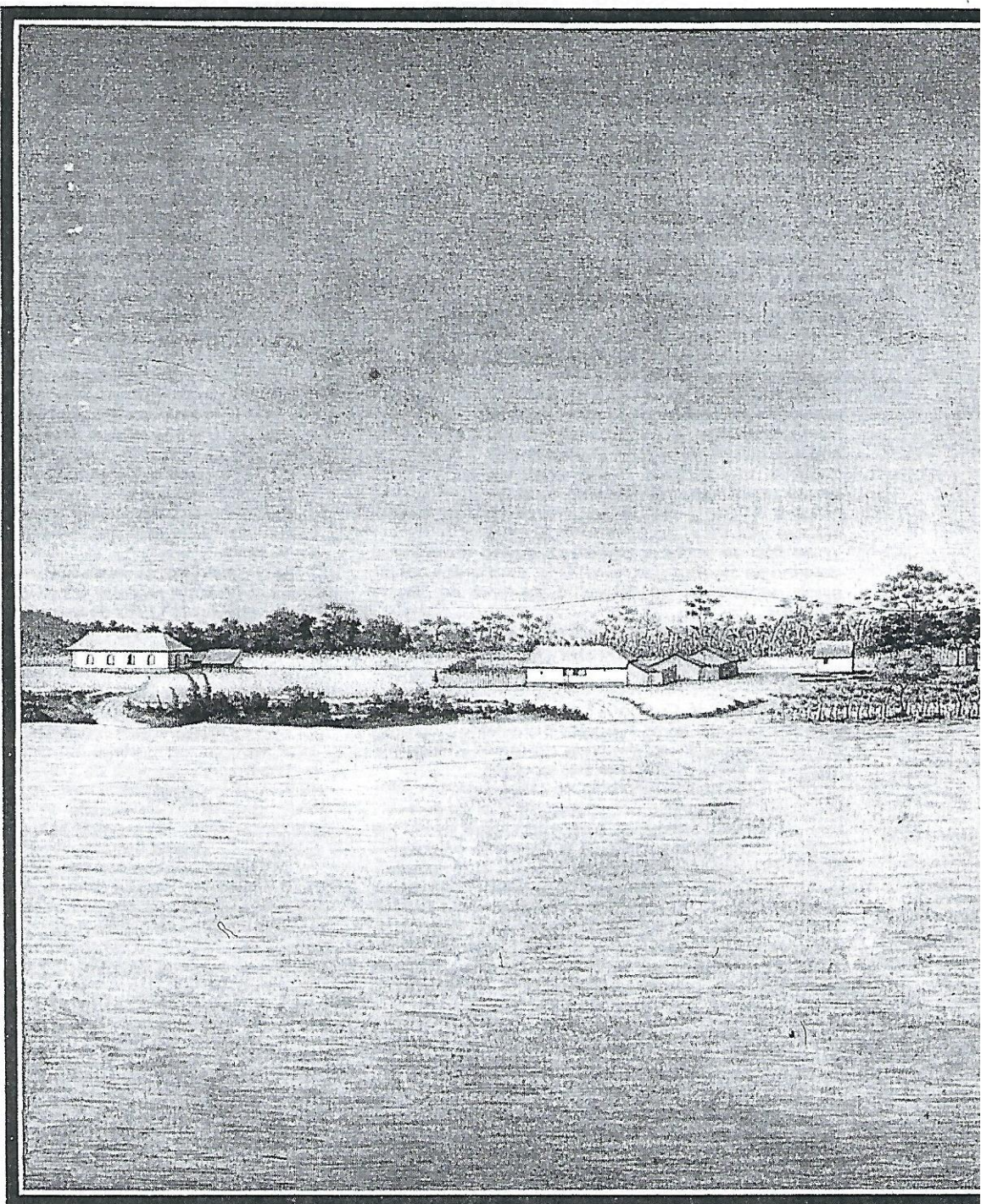
quis sê-lo. Optou pela carreira militar que lhe dava maior segurança, razão pela qual os investigadores perderam a sua pista.

Efectivamente, José Joaquim Freire, como artista, morre pouco depois do regresso a Portugal, sendo-lhe inicialmente atribuída a tarefa de executar cartas geográficas. O militar Freire continuou a sua carreira. Pensamos no paralelo com Gullard, o pintor que chegou a Portugal como desenhador do naturalista Merveilleux e depois chegou a pintor régio. Caminhos opostos que reflectem vontades diferentes.

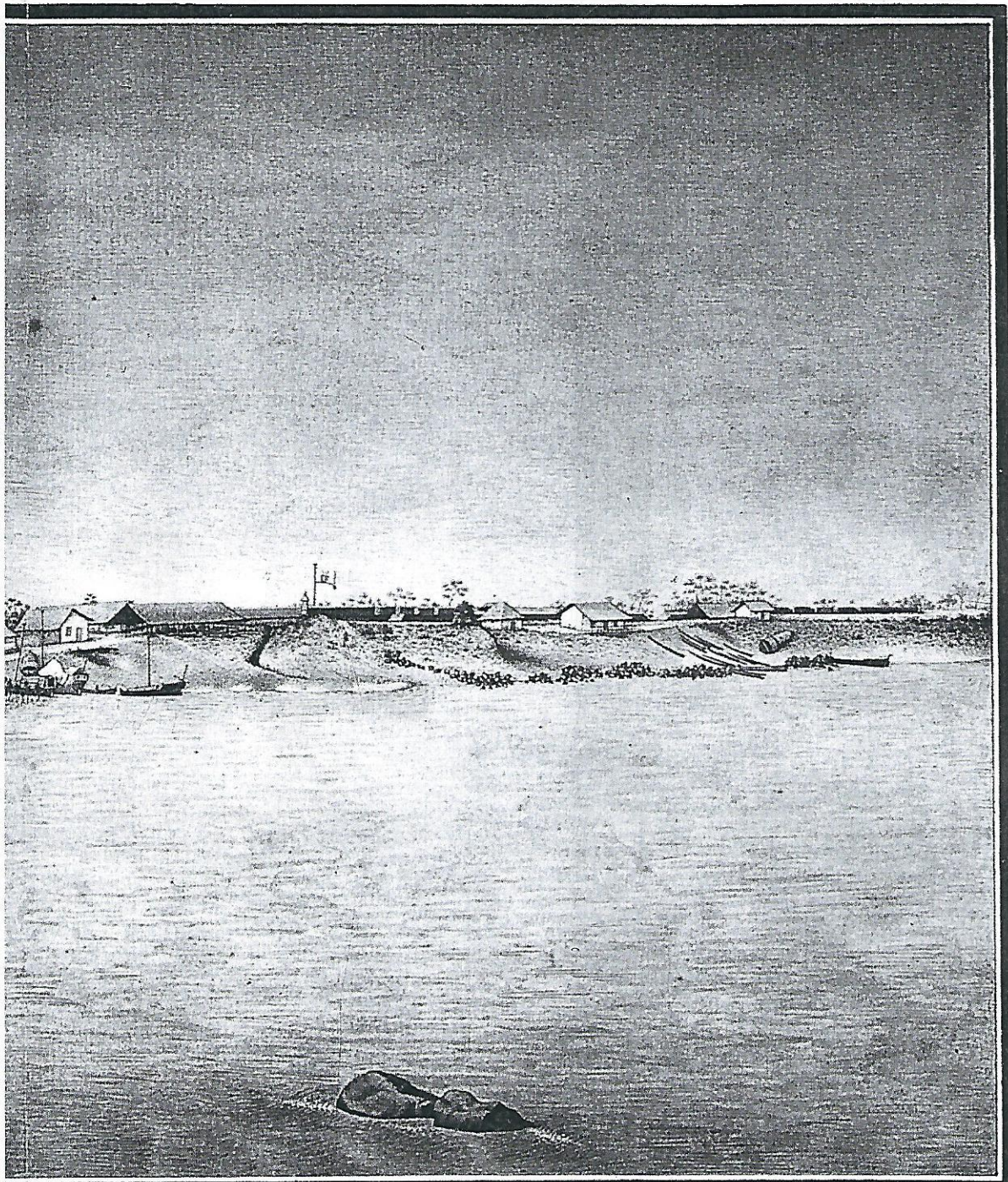
José Joaquim Freire e Joaquim Codina preparavam a expedição ao Rio Madeira em direcção a Mato Grosso à data (24 de Dezembro de 1787) em que Machado de Castro proferia o seu «Discurso sobre as utilidades do Desenho» na Casa Pia do Castelo de S. Jorge em Lisboa. A sua obra constitui um exemplo maior sobre o tema da disertação do insigne escultor colmbrão.

Os testemunhos que nos deixaram formam um património precioso, sob os mais diversos pontos de vista, e bem podemos congratular-nos pela segurança com que estavam guardados que obsteu a que o seu desaparecimento fosse mais uma perda irreparável a somar às registadas no terrível incêndio de 1978 da Faculdade de Ciências de Lisboa. ■

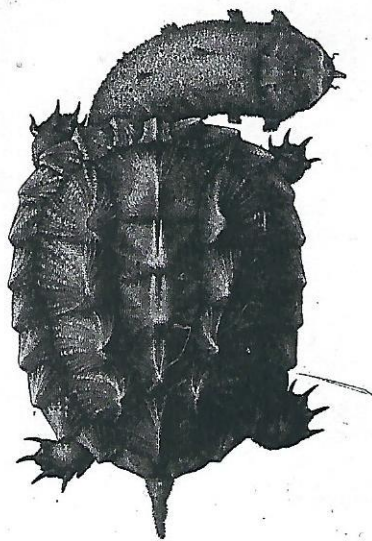
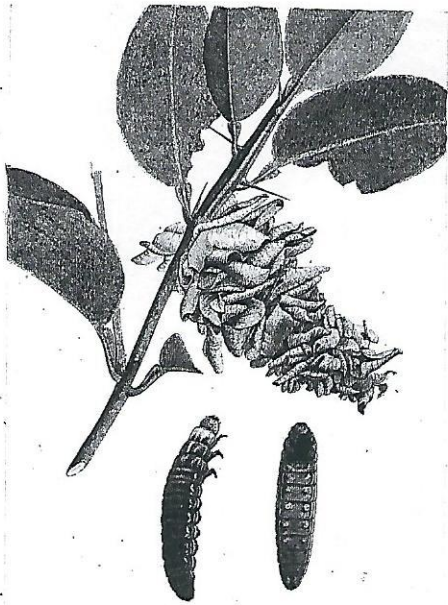




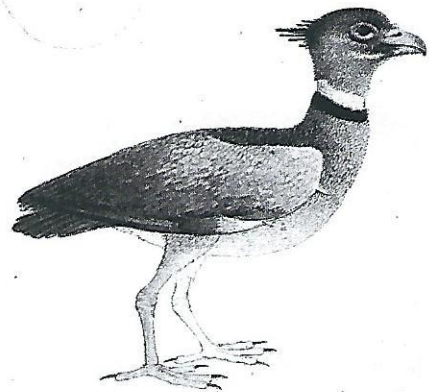
*Presp. da Terrença, e Forte de Tr.
de Albuquerque, de Mello, Pereira, e Cáceres, na margem Criciúma da foz do sobredito Rio, e na de quaze meia, acima da antiga Ter.*



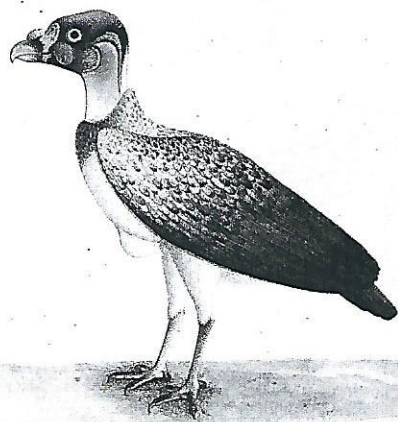
da Beira; fundado por S.^a Ex.^a o Sr. Sup.
 do Quapex; aos 20 de Junho de 1776. A distância de 21 leguas acri-
 Cor.^{um} Em 12, e 26, de latitude Austral, e em 312, e 57, e 1/2, de longitude.



TESTUDO Torticollis.



Canthus.



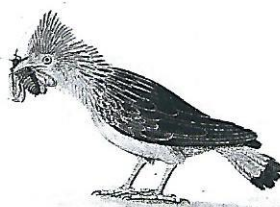
Unctus tigris. Linn. Sulcus Caput. O)



Pygmaeus. Linn. Lanius



La. Sp. 127. Angulus. Lanius



Curon. de. 127. 1)



